AMÉRICA LATINA: DEMOCRATIZAÇÃO E AJUSTE ESTRUTURAL*

Theotonio dos Santos

RESUMO

América Latina: Democratização e Ajuste Estrutural

O artigo propõe uma análise do processo histórico de democratização e de ajuste estrutural por que passou a América Latina. Segundo o autor, nas décadas de 60 e 70, o establishment internacional apoiou a criação de Regimes de Segurança Nacional, cujo objetivo era deter a crescente influência de movimentos sociais reformistas na América Latina. Contudo, nas décadas de 80 e 90, o establishment internacional fomentou o processo de democratização e de ajuste estrutural baseado em políticas econômicas liberais como resposta ao nacionalismo econômico dos regimes militares latino-americanos, que era uma perigosa resistência ao processo de globalização da economia mundial. Em conseqüência, a América Latina e o Caribe adotaram teorias econômicas radicais de livre mercado, que aumentaram as dificuldades sócio-econômicas da região. Por fim, o autor apresenta um programa de estudo para melhor compreensão das novas tendências globais.

ABSTRACT

Latin America: Democratization and Structural Ajustement

The article suggests an analysis of the democratization and structural ajustement historic process in Latin America. According to the author, during the 60s and the 70s, the international establishment supported the National Security Regimes creation whose the aim was to stop the reformist social moviments increasing influence in Latin America. However, during the 80s and 90s, the international establishment fomented the democratization and the structural ajustement baseased on liberal econimic policies as an answer to Latin American military regimes economic nacionalism, which was a dangerous resistance to the world economy globalization process. As a result, Latin America and Caribe turned toward radical free-market economic theories, increasing the region social and economical problems. Finally, the author suggests a study program which will be worthy to understand the new global trends.

Theotonio dos Santos é professor da Universidade Federal Fluminense.

OS REGIMES DE SEGURANÇA NACIONAL E A ONDA REVOLUCIONÁRIA

Durante as décadas de 60 e de 70, a América Latina, em particular, e os países em desenvolvimento, em geral, foram atingidos por severos golpes de Estado militares, que estabeleceram um novo tipo de regime militar de caráter institucional. Estes regimes foram baseados na doutrina de segurança nacional e em táticas de contra-insurgência, ambos criados por Escolas Militares e por alguns centros acadêmicos norte-americanos.

A doutrina de segurança nacional defendia a idéia de que a confrontação entre democracia e comunismo não era somente uma guerra frontal entre Estados, mas, sobretudo, uma luta interna em cada país. De acordo com esta doutrina, o comunismo desenvolveu uma estratégia de guerrilha e guerra psicológica que ameaçava, internamente, a segurança nacional de cada país. Esta situação obrigou cada Exército Nacional a desenvolver uma doutrina de segurança nacional baseada sobretudo em táticas de contra-insurreição.

A contra-insurreição não somente exigia táticas militares com forças armadas irregulares (marines e outros), mas ainda uma intervenção política nas comunidades ameaçadas através de políticas de desenvolvimento destas sociedades, visando a obter seu apoio político. Caso as guerras de guerrilha e a guerra psicológica fossem desenvolvidas em nível nacional, as intervenções deveriam assumir a forma de intervenção militar no Estado nacional para adequá-lo às necessidades de segurança nacional.

Estes foram os princípios doutrinários da intervenção militar nas décadas de 60 e de 70. Além disso, análises sócio-políticas imprimiam argumentos mais substanciais em favor dos regimes militares. Alguns autores afirmavam que o desenvolvimento econômico (Rostow, 1971) dependeu da liderança da classe média na Europa e nos Estados Unidos. Como este grupo social não existia nos países subdesenvolvidos, as elites sociais deveriam substituí-lo, uma vez que estavam em contato com idéias e conceitos modernos. Entre estas elites (intelectuais, estudantes, empresários, camponeses, etc.), os militares representavam o grupo melhor preparado para orientar o programa de desenvolvimento, assumindo a liderança de um Estado nacional moderno e eficiente.

Esta doutrina possuía outros aspectos que não serão desenvolvidos no presente trabalho. Contudo, é importante chamar a atenção para suas relações com o programa de ajuda externa do governo norte-americano, sobretudo a AID ou Aliança para o Progresso. Este programa era ainda vinculado a um poderoso movimento de investimento internacional direto apoiado em agências governamentais como Eximbank ou ainda em

agências multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano e o Fundo Monetário Internacional.

Estas ações foram reforçadas pela diplomacia norte-americana, especialmente pelo United States Information Service (USIS), pelas operações do serviço de inteligência (sobretudo da CIA), e por movimentos político-civis controlados pela CIA (Peace Corps, AFL-CIO e outros). No plano militar, a Doutrina da Defesa Hemisférica propõe, desde 1947, uma estratégia militar comum para defender a América de invasores externos (principalmente os soviétivos que passaram a ser os "inimigos externos" após a vitória contra o nazismo). Nas décadas de 60 e de 70, a doutrina hemisférica foi mesclada com a doutrina de segurança nacional, criando a noção de "inimigo interno".

Em consequência, é obtida uma forte articulação entre livre mercado, políticas econômicas liberais, abertura para o capital internacional, economias orientadas para a exportação, ajuda externa, regimes autoritários, ideologias anticomunistas, administração tecnocrática e militar.

Este sofisticado aparato estatal, privado e social atuou de acordo com uma concepção estratégica comum. Assim sendo, é difícil aceitar a tese de Huntington (1994), segundo a qual os regimes militares representavam uma "onda" espontânea nesta época. Ao contrário, é possível analisar a existência de tão sofisticado aparato institucional anti-insurgência e anti-popular como uma resposta à espetacular onda revolucionária e democrática nestes países, a qual teve de enfrentar a oposição dos Estados Unidos em aliança com as classes dominantes locais e as novas elites tecnocráticas.

Qual a razão do compromisso antidemocrático assumido pelos Estados Unidos nestes países? No Japão e em algumas outras regiões como Coréia do Sul e Taiwan, os Estados Unidos apoiaram a reforma agrária e outras medidas anti-monopolistas e anti-oligárquicas. Eles buscaram neutralizar a expansão da revolução chinesa, vietnamita w coreana, assim como a presença de tropas soviéticas na região. Contudo, na América Latina e outras áreas, nas quais os interesses norte-americanos tinham um espaço social e econômico relativamente escasso para penetrar sem uma ameaça de revoluções socialistas, os EUA optaram sempre pela formação de uma aliança com as oligarquias locais extrativistas ou agro-exportadoras. Em alguns casos, as empresas norte-americanas foram responsáveis diretas pela exploração econômica da monocultura exportadora, como Guatemala, Honduras ou Cuba. Na América Latina, a estratégia da unidade hemisférica era também um apoio importante às oligarquias políticas locais.

O Chile foi o único país latino-americano em que o governo norteamericano apoiou políticas reformistas. Em 1964, Eduardo Frei, um líder democrata-cristão, opunha-se à Unidade Comunista-Socialista que apoiou Salvador Allende em duas ocasiões (Allende venceu somente em sua terceira eleição, em 1970, devido à insuficiente política reformista da Democracia Cristã, que atraiu para o campo popular parte dos radicais e dos democratas cristãos). Em todos os outros países da América Latina, a intervenção norte-americana se bateu contra líderes e movimentos populistas e reformistas. A política norte-americana foi contra: Perón na Argentina (apoiando e promovendo o golpe de Estado de 1955); Vargas no Brasil (conduzindo o movimento pelo impeachement que foi detido em parte com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954); a Revolução na Bolívia, em 1952, sob a liderança do MNR (apoiando a reconstrução de um Exército Nacional que tomará o poder em 1961, através de um golpe de Estado); Jacobo Arbens na Guatemala (a invasão ao país foi organizada pela CIA em 1954); a Revolução Cubana em 1958-59 (a princípio, os liberais americanos apoiaram o levante Castrista, mas adotaram a estratégia do confronto com o Governo de Fidel Castro depois da reforma agrária e da nacionalização de companhias petrolíferas).

Na década de 60, estas iniciativas diplomáticas e subversivas atingiram um novo nível com o golpe de Estado no Brasil em 1964. Logo após os acontecimentos no Brasil, na Argentina, Ongania tentou um novo golpe militar em 1966. Depois de avanços e retrocessos, o ciclo autoritário argentino culminou no golpe de Videla, em 1976. O ciclo autoritário latino-americano continuou na Bolívia em 1971, no Uruguai e no Chile em 1973. Merece destaque o fato de que, na metade da década de 70, somente México, Venezuela e Colômbia apresentavam regimes democráticos na América Latina.

A RECONSTRUÇÃO LIBERAL E A ONDA DEMOCRÁTICA

É importante notar que existiu uma leitura alternativa para a Doutrina de Segurança Nacional. Alguns Exércitos nacionais entenderam que a ameaça guerrilheira era conseqüência da injustiça social, da submissão nacional a interesses externos e à oligarquia política. Nesta ótica, a política de segurança nacional deve ter como base a reforma agrária, a nacionalização de companhias estrangeiras que exploram o país e políticas de emancipação social. Foi o caso da Revolução Peruana, liderada pelo Exército em 1968. Esta concepção foi também assimilada por Ro-

driguez Lara no Equador, pelo General Torres na Bolívia e pelo General Torrijos no Panamá. Na verdade, existia uma facção militar inspirada no nacionalismo do Exército peruano, em cada Exército latino-americano. Na África e no Oriente Médio, houve uma sucessão de golpes militares de caráter progressista, os quais criaram até mesmo regimes militares de inspiração "marxista-leninista", como Etiópia, ou os regimes de tipo do "socialismo-árabe", como Kadafi na Líbia. Em 1973, Huntington escreveu um artigo sobre o perigo do nacionalismo militar, o qual opõe Estado nacional à internacionalização e às corporações multinacionais.

Desta forma, regimes militares que tiveram início com uma política econômica liberal reordenavam-se em direção à intervenção estatal, à nacionalização e às políticas econômicas anti-liberais. Este período está relacionado com o Cartel da OPEP, a Carta dos Direitos Econômicos na ONU, a coordenação dos produtores de matérias-primas pela UNCTAD, e outras políticas econômicas intervencionistas que advogavam por uma Nova Ordem Econômica Mundial. Os regimes militares, portanto, não foram totalmente alienados com relação às novas realidades da onda revolucionária que identificamos no período.

Estas novas realidades deram origem a uma profunda revisão estratégica, que foi transformada numa grande virada com a "Crise do Petróleo" de 1973 e a derrota norte-americana no Vietnã. Neste momento, a Comissão Trilateral apareceu como o principal centro estratégico. A estratégia da Trilateral consistia na idéia de que os países do Sul estavam numa rebelião global contra o Norte, com uma possível aliança com os países socialistas. Como forma de confrontação a esta tendência, era necessário unir o Norte (EUA, Europa e Japão - A Aliança Trilateral), dividir o Segundo Mundo (incitando o conflito China - URSS), e dividindo uma possível aliança entre o Segundo e o Terceiro Mundo, oferecendo uma "entente" com os países socialistas e uma posição especial para algumas economias subdesenvolvidas, periféricas e dependentes nas instituições internacionais. Finalmente, era necessário dividir o Terceiro Mundo com políticas de pressão, de um lado, e oferta de ajuda econômica e empréstimos (sobretudo, usando a reciclagem dos petrodólares), do outro lado.

A política de direitos humanos teve papel central nesta estratégia. Os governos norte-americanos, desde a Administração Carter, iniciaram o apoio a movimentos democráticos contra as ditaduras militares que os EUA tinham criado e apoiado anteriormente. Em conseqüência, os regimes ditatoriais foram obrigados a aceitar uma política de "abertura". A Social-democracia européia foi mobilizada na mesma direção com o

objetivo de criar uma onda liberal nos países do Terceiro Mundo. Na década de 80, alcançados grande parte dos processos de liberalização política, a ideologia econômica neoliberal, expressa no Consenso de Washington, uniu os governos norte-americano e britânico numa perspectiva conservadora - com apoio da Democracia Cristã e até mesmo de setores da Social-democracia -, no sentido de impor políticas de ajuste estrutural nos países subdesenvolvidos, executadas sob a liderança do FMI e do Banco Mundial.

Com efeito, na década de 80, tornou-se nítido o efeito do processo de "democratização" global conduzida por partidos liberais e conservadores, que criaram uma arena internacional completamente diferente. Esta ofensiva incluiu os países socialistas que seguiram o mesmo modelo desde 1985. A democracia surge "de cima", como um raio caído do céu, na América Latina, África, Ásia, Europa Oriental e União Soviética. Os governos da China, Coréia do Norte, Vietnã e Cuba são os únicos a manter alguns princípios básicos do sistema de partido único. Contudo, também estão em processo de mudança.

Não é verdade que estas mudanças democráticas ocorreram sempre "de cima para baixo". África do Sul, Brasil, Filipinas, Nicarágua, Rússia em parte e Polônia, e outros processos de democratização tiveram um forte apoio popular. Entretanto, em grande medida, mantiveramse sob a hegemonia fundamental das forças conservadoras que conduziram, no plano internacional, o processo de liberalização.

Direitos humanos, liberalização e, inclusive, estratégias de democratização têm uma importante relação com a oposição aos regimes militares nacionalistas. O centro do sistema mundial reconheceu que havia uma tendência perigosa ao nacionalismo entre os militares, o que tornava difícil a condução dos regimes militares nacionalistas ou não.

Em termos gerais, as forças conservadoras nacionalistas, nos países subdesenvolvidos, mostraram-se cada vez mais como uma resistência perigosa à globalização e aos princípios neoliberais. Algumas vezes, social-democratas e socialistas parecem adaptar-se melhor à integração global e liberal do que partidos conservadores e velhos nacionalistas. O direitismo populista de Reagan e Tatcher também foram favoráveis ao globalismo. Contudo, Estados Unidos e Grã-Bretanha encontravam-se bem colocados diante do processo de globalização, pelo menos em sua fase inicial. Desta forma, nestes países, foi possível combinar populismo de direita e nacionalista com globalismo e neoliberalismo. Somente na segunda metade da década de 80, ficou claro que Japão e Alemanha eram os países em melhor posição para explorar o processo de globalização, transformando a

liderança de suas exportações em vantagens financeiras e tecnológicas. Era, entretanto, muito tarde para barrar este processo.

Com efeito, neste período, o processo de liberalização política e a transição democrática foram associados a políticas econômicas liberais. É ainda necessário salientar que a década de 80 foi profundamente caracterizada pela "Crise da Dívida", cuja origem é decorrência do aumento nas taxas de juros imposto pelos EUA no início da década. A "política de ajuste econômico" foi imposta pelo FMI, BIRD, bancos privados e pela pressão de governos dos países industriais aos países devedores como forma de obrigá-los a pagar juros absurdos. Esta política consistiu, nos países dependentes devedores, numa combinação entre o incremento das exportações, apoiado nas desvalorizações cambiais, e a diminuição das importações, com base na restrição ao mercado interno, ou seja, compressão salarial restrição do crédito para consumo. O superávit comercial, obtido com o "ajuste", serviu basicamente para o pagamento dos altíssimos juros internacionais. Na década de 80, a América Latina consumiu uma imensa parte de seu superávit comercial sem nenhuma recompensa, nem mesmo como amortização do principal da dívida externa. Consequentemente, os regimes liberais e democráticos foram restabelecidos associando-se à depressão econômica e à concentração de renda.

Se o contexto global do processo recente de democratização for analisado com atenção, é imperativo ser muito cético com relação ao seu caráter "espontâneo". É obrigatório, portanto, criticar novamente a idéia de uma onda democrática durante este período, conforme sugeriu Huntington (1994). Ao contrário, é possível notar neste período um enfraquecimento das forças democráticas e populares com o crescimento das mudanças liberais, que reforçaram as correntes políticas e econômicas conservadoras e até mesmo reacionárias. Ao lado das forças conservadoras liberais, uma Nova Direita está crescendo neste processo com uma clara estrutura ideológica populista e pró-fascista. A melhor expressão são os admiradores do Governo Fujimori no Peru. O Governo Collor, no Brasil, representou também um claro populismo direitista.

Diante da onda revolucionária, entre 1960 e 1970, a resposta foram regimes militares com estratégia de segurança nacional. Diante da vitória destes regimes e da emergência do nacionalismo militar, desde o começo da década de 70 foram fomentados regimes democráticos liberais e civis sob a liderança de forças conservadoras. O sucesso destes regimes, na década de 80, favoreceu políticas econômicas selvagens de livre-mercado, as quais arruinaram empresas nacionais e locais em favor das corporações multi e transnacionais e até globais. Além disso, os

outros favorecidos foram a concentração da produção e da renda, a centralização do capital, o desemprego e a exclusão social.

A transição democrática foi cada vez mais postergada e começou a ser associada à agitação social. Nos dias atuais, os movimentos democráticos serão obrigados a reconstruir um movimento em favor da justiça social, do pleno-emprego e de outra concepção de desenvolvimento, no qual o problema ecológico é um dos aspectos básicos. Não-intervenção, livre-mercado e outros símbolos do neoliberalismo foram cada vez mais relacionados com apelos de mobilização social para defender a classe média do Estado, seus impostos e outras exigências injustas. Atualmente, contudo, desemprego, exclusão social, violência social e agitação social estão no âmago da vida política. O aumento da exclusão nos países dependentes conduzem aos novos movimentos fundamentalistas, tal como o renascimento muçulmano. Neste caso, uma experiência civil e religiosa é usada para unir as forças excluídas como forma de oposição à globalização controlada pelo establishment internacional, criando uma contra-ofensiva de caráter mais reacionário do que revolucionário.

Em um primeiro momento (1960-1970), o establishment internacional opôs os regimes militares aos movimentos sociais de reforma social; no segundo momento (1980-1994), opôs o processo de liberalização e democratização (associado à globalização) aos regimes militares (acusados de estatistas e nacionalistas). Quando será consolidada a decepção com relação a este tipo de democratização sem desenvolvimento social? Qual será a nova política do establishment internacional?

O establishment internacional apoiará a democracia contra a mobilização fascista ou populista populista de direita? E, caso a social democracia estabeleça uma aliança com a autodeterminação nacional dos países periféricos e um compromisso com o multi-culturalismo e com outras tendências em favor de um conceito de globalização de teor mais pluralista? De qualquer forma, surgirá uma nova agenda política cujas principais questões serão: pleno emprego, redução da jornada de trabalho, planejamento sócio-econômico global, crescimento dos movimentos sociais e participação nos governos, maior participação das minorias étnicas e sociais no poder estatal, preservação ecológica em níveis local, regional e global. Esta agenda é compatível com a concepção conservadora que tenta restringir o processo de democratização? As forças autoritárias tecnocráticas foram preservadas e até mesmo aumentaram sua influência e poder, desenvolvendo-os durante a transição democrática com o apoio das classes dominantes. Estas formas autoritárias de administração estatal estão sendo combinadas com políticas econômi-

cas neoliberais. Diferentemente das proposições teóricas e dos seus princípios ideológicos e doutrinários, os governos neoliberais são profundamente intervencionistas, impondo superávits ou déficits externos, altas taxas de juros, crescimento e manutenção do déficit público, particularmente o norte-americano, etc. A coerência com os princípios liberais é visível somente nos cortes das despesas do Estado de Bem Estar Social (Welfare State). O abismo entre o Estado e os vários grupos de excluídos sociais está crescendo nos níveis nacional e internacional. Não é viável, portanto, uma evolução pacífica da situação, caso não ocorra uma importante mudança de políticas.

Todas as questões analisadas demonstram que não estamos no Fim da História. Longe disso, estamos construindo uma nova e absolutamente singular civilização planetária, que será uma nova síntese de tudo que a humanidade já construiu. O processo atual de democratização deve ser entendido como o começo de um novo ciclo de contradições econômicas, sociais e políticas. Sociedades locais, Estados nacionais, estruturas civis serão mesclados num contexto de transição para uma nova civilização planetária, na qual as relações de mercado atuais estão imprimindo uma caótica realidade social e internacional. A nova civilização criará a base de uma nova experiência ideológica internacional. Neste sentido, é preciso estar preparado para as novas tendências, idéias e problemas.

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS ECONÔMICAS NA AMÉRICA LATINA

As rápidas e profundas transformações da economia mundial e das políticas internacionais originaram um novo fenômeno planetário, que é produzido em escala global, embora se realize através dos contextos regional, nacional e local.

Este processo de globalização se apóia na Revolução Científico-Técnica que teve início na década de 40 e que mudou radicalmente a relação entre a ciência, a tecnologia e o processo produtivo, através da submissão da produção à tecnologia e da submissão da tecnologia à ciência. Esta revolução alterou violentamente as escalas de produção (que, atualmente, tornam-se planetárias e regionais em várias áreas). Com efeito, a Revolução Científico-Técnica modifica o processo de produção com a implantação da automação por meio da robótica e da informática, incrementa o período de descanso, diminui a jornada de trabalho, amplia o papel dos serviços e das atividades relacionadas com conhecimento,

planejamento e design dos produtos, tornando-as flexíveis e integradas com sistemas automatizados. Além disso, cria novos setores, indústrias e atividades econômicas; transforma a relação entre os setores econômicos, produzindo a Terceira Revolução Industrial; integra o planeta em um processo instantâneo de comunicação e reduz as distâncias entre as várias regiões do globo. Por fim, a Revolução Científico-Técnica quebra a balança ecológica tradicional e ameaça a sobrevivência da humanidade com o holocausto nuclear, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, a degradação dos oceanos, o aumento da desertificação e outros processos ecológicos planetários.

Neste contexto de rápidas transformações, as regiões do mundo que não participaram do surgimento da produção e da circulação industrial e pós-industrial estão cada vez mais distantes dos centros do poder mundial, ampliando-se o abismo entre os produtores de tecnologia e conhecimento e os produtores de produtos primários e mesmo os produtores de manufaturados tradicionais. As barreiras de aceso ao desenvolvimento aumentam para os mais fracos econômica e financeiramente, enquanto a competição entre os mais poderosos monopoliza a luta pela sobrevivência, nestas condições de mutação permanente.

As regiões mais atrasadas, em termos tecnológicos, perceberam que são prisioneiras de um duplo movimento perverso. De um lado, o avanço de novas tecnologias e sistemas produtivos eliminou os resquícios de economias de subsistência (camponesas, tribais, artesanais, intercâmbio simples, etc.), conduzindo uma grande parte da população na direção das regiões urbanas. De outro lado, a ausência de uma dinâmica global de desenvolvimento, isto é, uma industrialização equilibrada, a produção de novas tecnologias, uma dinâmica educacional moderna, integrada com as culturas locais, a criação de empregos em serviços que foram criados e generalizados pela Revolução Científico-Técnica, etc., não permite a absorção destas populações no sistema produtivo moderno que vem sendo criado nestes países. O resultado está sendo um explosão das cidades que não contam com uma boa infra-estrutura sócio-econômica, a predominância dos fenômenos da marginalização urbana e o crescimento do fenômeno da miséria sócio-econômica urbana (reconhecido pela ILO, UNDP e outra organizações internacionais dedicadas ao estudo do problema).

A América Latina e o Caribe (o Brasil, em particular) foram subjugados a esta dinâmica no exato momento em que tentavam implementar um novo estágio de desenvolvimento industrial. Na década de 80, o volume da dívida externa de ambas regiões alterou-se drasticamente em função da elevação das taxas de juros e da consequente suspensão de

novos empréstimos, ocasionando uma retração das fontes financeiras para o pagamento dos serviços da dívida, da remessa dos lucros das companhias multinacionais e dos investimentos externos de capitalistas locais, cujo efeito foi a exportação massiva do excedente econômico produzido na região. Tudo isso provocou o desajuste dos mercados financeiros locais, deteriorando as finanças públicas e as políticas monetárias, colocando estes países em uma situação inflacionária anual de três dígitos, próxima à hiperinflação. O esforço de ajuste econômico imposto pelas autoridades e potências financeiras internacionais (especialmente pelo Banco Mundial e pelo FMI) requerem custos sociais enormes. No sentido de assegurar o pagamento dos serviços da dívida, foi necessária a criação do superávit comercial. De um lado, o superávit foi obtido por meio de generosos subsídios concedidos pelos Estados nacionais, com o objetivo de expandir as exportações. De outro, os instáveis investimentos internos foram comprimidos por uma alta taxa de juros, e os salários, drasticamente reduzidos. Consequentemente, a demanda interna caju e as importações foram limitadas. Nestas circunstâncias, houve uma redução dos investimentos internos e externos, afetando de forma severa as taxas de desenvolvimento econômico, causando uma negativa distribuição de renda e enfatizando a terrível realidade da pobreza na América Latina e no Caribe (ver Diagrama I).

Desse modo, a década de 80 aumentou nossa integração subordinada e dependente à economia mundial ao incrementar nossa dependência das exportações - mesmo que sejam, cada vez mais, exportações industriais -, ao passo que excluiu amplos setores do processo produtivo, ampliando a marginalização sócio-econômica e reforçando a economia informal. Em comparação com o período histórico prévio (no qual as recessões ampliavam as economias de subsistência, tornando-as uma reserva de trabalho), nos dias atuais, marcados por uma forte mercantilização de toda produção, tem-se uma diminuição drástica das tradicionais economias de subsistência e a criação de uma novo tipo de marginalização (reforçado pelo aumento da criminalidade e do enriquecimento com atividades ilegais, tais como tráfico de drogas, contrabando, prostituição, sequestro e assaltos urbanos cada vez mais organizados), atenuados por uma economia informal que, apesar de ser glorificada pelas organizações internacionais, é muito próxima da criminalidade, da marginalidade e das atividades ilegais descritas acima.

Na década de 90, as taxas de juros internacionais caíram, verificando-se um alívio nas pressões pelo pagamento da dívida externa em decorrência também de várias negociações que resultaram em acordos concili-

atórios. As políticas de ajuste, em decorrência, assumiram um sinal oposto. A necessidade de equilíbrio na balança de pagamentos norte-americana ameaçada por um amplo déficit comercial, impôs aos países dependentes a implantação de políticas de déficit comercial. A nova política econômica consiste na valorização das moedas locais (por meio da famosa âncora cambial), no aumento indiscriminado das taxas de juros da dívida pública e na venda do patrimônio público conhecida como "privatização" da economia. Conseqüentemente, as exportações caíram, as taxas de crescimento diminuíram e as importações aumentaram, produzindo "déficits" comerciais, que são compensados pela entrada de capital de curto prazo em busca de juros altos e da especulação financeira decorrentes de indicadores macroeconômicos de curto prazo favoráveis. Esta política foi praticada sem restrições até a Crise do México em Dezembro de 1994, mas ainda não foi totalmente abandonada (ver Diagrama II).

Diante deste cenário, as questões a responder são muito claras: até que ponto é possível e conveniente continuar um processo de globalização da economia mundial que causa uma situação imediata tão instável e negativa? Seria, contudo, possível ou conveniente pará-lo? Ao interrompê-lo, não seria gerada uma crise pior e mais forte? Existem formas alternativas à evolução do processo de globalização e à inserção dos países em desenvolvimento (especialmente da América e do Caribe) no processo?

UM PROGRAMA DE ESTUDO

Atualmente, os melhores estudiosos no Hemisfério Sul estão concentrados nestas questões. É necessário, entretanto, entender que as respostas dependem cada vez mais de uma análise correta das tendências globais descritas anteriormente. Existe, neste sentido, uma grande área de pesquisa e ensino a ser desenvolvida em comum com a "intelligentzia" do Norte. Portanto, é necessário um amplo esforço comum para:

- Estabelecer bases conceituais que permitam descrever o processo de globalização em suas dimensões:
 - a) Tecno-produtiva;
 - b) Político-estratégica;
 - c) Cultural: hábitos e costumes.
- Determinar quais são as tendências de evolução da economia mundial da atualidade, com base nas seguintes hipóteses:

- a) A Revolução Científico-Técnica eleva as escalas de produção a proporções planetárias; une a produção à ciência, inclusive à ciência pura e à fronteira científica; diversifica os mercados, a qualidade e a oferta de produtos; e vincula-se intimamente à acumulação de capital e ao desenvolvimento econômico cuja sustentabilidade se coloca em questão;
- b) A ação das ondas longas (Ciclos de Kondratiev) chegou neste momento ao final de sua curva negativa na economia mundial, que começou em 1967 e atingiu seu ponto mais baixo em 1993. Inicia-se, desde 1994, um novo período de crescimento econômico a longo prazo. Neste novo período de incremento positivo, as economias nacionais serão capazes de assimilar um grande número inovações científicas e tecnológicas preparadas durante o longo período de recessão. Aliás, a rápida incorporação de novas tecnologias produtivas iniciou-se durante a recessão da década de 80, quando a robótica e a produção flexível tiveram uma enorme aplicação na produção e nos serviços;
- c) O novo período de crescimento, conforme informa a teoria das ondas longas, seria relativamente estável por um longo tempo. Contudo, tem início associado a um grande problema de desemprego estrutural, como conseqüência do enorme avanço da automação do processo produtivo e de várias atividades de serviço. As principais questões deste período serão: diminuição da jornada de trabalho (horas de trabalho diário), aumento do tempo livre, mudança no sistema de monitoramento dos níveis micro e macro econômicos cada vez mais globalizados, restruturação do universo das empresas, das instituições e da administração pública diante do aumento da exclusão social, da violência criminal, do consumo de drogas, da degradação ambiental e outras manifestações da exclusão recente e do desenvolvimento desigual da renda, dos desajustes básicos, das contradições essenciais a serem solucionadas como conseqüência desta nova era histórica;
- d) As tendências de monopolização e oligopolização dos mercados locais, nacionais, regionais e globais se cruzam com a formação de blocos regionais, o aumento do comércio intra-firmas, a crescente cooperação entre as corporações multinacionais e a formação de redes e mecanismos de administração sustentados pela informatização radical;
- e) A questão da governabilidade destas novas realidades em níveis global, regional e nacional, conduzirão a uma restruturação institucional e organizacional internacional, afetando particularmente à ONU e às organizações internacionais, e a uma reconstrução das políticas econômicas e industriais globais;
 - f) A definição de um projeto global de desenvolvimento sustentá-

vel capaz de garantir a preservação e a melhoria do meio ambiente e de assegurar a eliminação da pobreza e da miséria num período de tempo historicamente definido.

- Incrementar a capacidade do sistema internacional de pesquisa e, particularmente, das instituições de países menos desenvolvidos da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia:
 - a) Para diagnosticar esta situação global e seus interesses próprios;
- b) Para reiventar a capacidade das elites políticas, econômicas, empresariais, acadêmicas, tecnológicas e militares, para perceberem as mudanças globais e as relações de suas regiões com o planeta e com outras regiões do mundo;
- c) Para determinar e estabelecer políticas de integração regional e de desenvolvimento sustentável capazes de superar os atuais limites econômico-sociais por uma política coerente e disciplinada que lhes permita colocar-se em um nível civilizatório compatível com a Revolução Científico-Técnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry (1992). A Zone of Engagement. London, Verso.
- FUKUYAMA, Francis (1995). Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity. London, Hamish Hamilton.
- . (1992). O Fim da História e o Último Homem. Rio de Janeiro, Rocco.
- HUNTIGTON, Samuel P. (1994). A Terceira Onda: A Democratização no Final do Século XX. São Paulo, Ática.
- ROSTOW, W. W. (1971). Politics and Stages of Growth. London, Cambridge University Press.
- SALVADORI, Massimo L. (1970). Gramsci e il Problema Storico della Democrazia. Turim, Einaudi.
- SARTORI, Giovanni (1994). A Teoria da Democracia Revisitada. 2 vol. São Paulo, Ática.
- WEFFORT, Francisco (1972). Qual Democracia? São Paulo, Companhia das Letras.

Diagrama I

Ajuste estrutural durantea crese da dívida (1982-1990):

Política de superávit para pagamento de juros

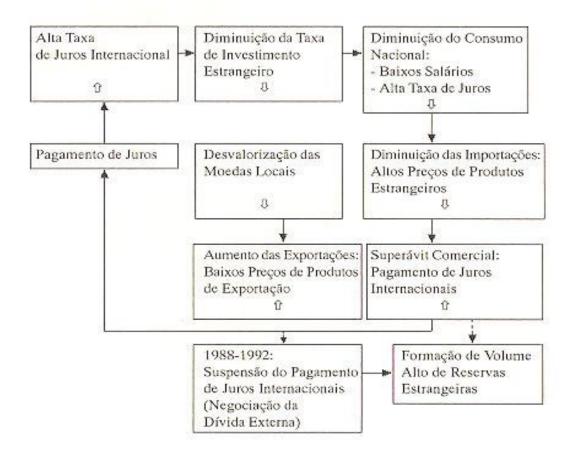


Diagrama II

Ajuste estrutural pós-crise da dívida A política de déficit na balança comercial norte-americana (de 1990 aos nossos dias)

